

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA
BACHARELADO EM ENFERMAGEM

JACIARA FERREIRA COSTA PEREIRA
MANUELA CLARISSA FONSECA DOS SANTOS
TAYNÁ LOPES DE ALBUQUERQUE
WILLIANI BRENDA GOMES DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO PROCESSO DE
EDUCAÇÃO SEXUAL**
Educação sexual na adolescência

RECIFE
2023

JACIARA FERREIRA COSTA PEREIRA
MANUELA CLARISSA FONSECA DOS SANTOS
TAYNÁ LOPES DE ALBUQUERQUE
WILLIANI BRENDA GOMES DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO PROCESSO DE
EDUCAÇÃO SEXUAL**
Educação sexual na adolescência

Artigo apresentado ao Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Orientadora: Prof^a Msc. Micheline Xavier

RECIFE
2023

Ficha catalográfica elaborada pela
bibliotecária: Dayane Apolinário, CRB4- 2338/ O.

l34 A Importância da atuação do enfermeiro no processo de educação sexual: Educação sexual na adolescência/ Jaciara Ferreira Costa Pereira [et al.]... - Recife: O Autor, 2023.

24 p.

Orientador(a): Msc. Micheline Xavier.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA. Bacharel em Enfermagem, 2023.

Inclui Referências.

1. Adolescentes. 2. Educação Sexual. 3. Papel do enfermeiro. 4. Saúde nas escolas. I. Pereira, Jaciara Ferreira Costa. II. Santos, Manuela Clarissa Fonseca dos. III. Albuquerque, Tayná Lopes de. IV. Silva, Williani Brenda Gomes a. V. Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA. VI. Título.

CDU: 616-083

JACIARA FERREIRA COSTA PEREIRA
MANUELA CLARISSA FONSECA DOS SANTOS
TAYNÁ LOPES DE ALBUQUERQUE
WILLIANI BRENDA GOMES DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO PROCESSO DE
EDUCAÇÃO SEXUAL**
Educação sexual na adolescência

Artigo aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem, pelo Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA, por uma comissão examinadora formada pelos seguintes professores:

Professor Orientador

Professor(a) Examinador(a)

Professor(a) Examinador(a)

Recife, _____ de _____ de 2023.

NOTA: _____

Dedicamos esse trabalho a Deus e aos nossos pais.

AGRADECIMENTOS

Não poderíamos começar esses agradecimentos de forma diferente, gratidão é o sentimento que temos para com Deus, pois Ele foi essencial em toda a trajetória desta graduação. Aos nossos pais a eterna gratidão, não só pela força nos momentos difíceis, mas por toda a ajuda na realização dos nossos sonhos. Agradecemos, também, aos nossos amigos que estiveram ao nosso lado ao longo do curso, que passaram por todas as situações e momentos difíceis conosco, vocês tornaram tudo mais leve.

Gostaríamos de agradecer a todos os professores dessa instituição de ensino que em muito contribuíram para a realização deste trabalho. Professores que com seus ensinamentos tornaram a nossa formação acadêmica possível. Agradecemos a nossa orientadora que nos guiou pelo caminho deste trabalho de Conclusão de Curso, sem o qual nada disso seria possível, a você Micheline Xavier nosso agradecimento especial. Obrigada pela dedicação e tempo despendido em nosso auxílio na realização da pesquisa, por ter nos instruído tão bem, você sem dúvidas tornou essa reta final mais fácil.

Aos mestres Andriu Catena, Carlos Henrique, Geovana Lima, Giselda Bezerra, Jabiael Filho, Janilson Júnior, Lênio Pontes, Sérgio Augusto, Ana Paula, Erly Silva e a nossa Coordenadora Wanuska Portugal, agradecemos por toda dedicação e conhecimento compartilhado durante nossa graduação, vocês farão parte da história das nossas vidas. Levaremos o exemplo de vocês no decorrer da nossa caminhada e vida profissional. O mundo precisa de mais professores como vocês. Com a finalização deste trabalho, nos despedimos de um ciclo tão importante de nossas vidas. Por fim, fica aqui o nosso muito obrigada a cada uma que compõe esse grupo.

“Não é a força, mas a constância dos bons resultados que conduz os homens à felicidade”.

Friedrich Nietzsche

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 7 |
| 2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO | 11 |
| 3 REFERENCIAL TEÓRICO | 12 |
| 3.1 Adolescência e juventude | 12 |
| 3.2 Gênero e sexualidade | 16 |
| 3.3 A sexualidade e desenvolvimento humano | 17 |
| 3.4 Identidade sexual e orientação sexual | 19 |
| 3.5 PSE - Programa Saúde nas Escolas | 20 |
| 3.6 Abuso sexual | 23 |
| 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO | 27 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 29 |
| REFERÊNCIAS | 30 |

A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO SEXUAL

Educação sexual na adolescência

Jaciara Ferreira Costa Pereira¹
Manuela Clarissa Fonseca dos Santos¹
Tayná Lopes de Albuquerque¹
Williani Brenda Gomes da Silva¹
Micheline Xavier²

RESUMO

O presente trabalho abordará a importância do enfermeiro no processo de educação sexual para adolescentes no que tange à realização de projetos de uma inclusão mais efetiva. Tendo em vista a importância e atualidade do tema proposto, esta pesquisa tem por objetivo salientar a importância do profissional de enfermagem na educação sexual para adolescentes, apresentando também os problemas que podem ser desenvolvidos devido ausência de abordagem do tema, que refletem na saúde, qualidade de vida e situações não desejadas. Para tal estudo, foi utilizado um compilado de documentos dos últimos 5 anos, relatando os conceitos sobre o adolescente e a inclusão da educação sexual na faixa etária mencionada. Após esta pesquisa concluímos que o enfermeiro possui o papel de realizar a orientação em saúde e manter um diálogo sobre sexualidade. O intuito da abordagem do tema é de amenizar os fatores de risco mencionados durante a pesquisa, a fim de incentivar a procura pelo já existente Programa de Saúde nas Escolas (PSE).

Palavras-chave: Adolescentes. Educação Sexual. Papel do enfermeiro. Saúde nas escolas.

1 INTRODUÇÃO

A adolescência é a fase do desenvolvimento que marca a transição entre a infância e a vida adulta e por isso é caracterizada por transformações anatômicas, fisiológicas, psicológicas e sociais (SILVA *et al.*, 2021).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a adolescência é dividida em três etapas: a pré-adolescência, dos 10 aos 14 anos; a adolescência, dos

¹ Aluna do Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA. E-mail: jacycosta29@yahoo.com.br

Aluna do Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA. E-mail: manuela.clariss@gmail.com

Aluna do Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA. E-mail: taynalopes_96@gmail.com

Aluna do Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA. E-mail: willianybrenda5@gmail.com

² Professora do Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA. Mestre em Educação para o Ensino de Graduação na Área de Saúde. E-mail: micheline.xavier@hotmail.com

15 aos 19 anos completos; e a juventude, dos 15 aos 24 anos (SILVA *et al.*, 2021).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é o conjunto que reúne as leis exclusivas que asseguram os direitos e os deveres de crianças e adolescentes no Brasil. Estabelecido pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal e define as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, em situação peculiar de desenvolvimento, que demanda proteção integral e prioritária por parte da família, da sociedade e do Estado, assim garantindo a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes, assegurando-lhes garantias fundamentais, com absoluta prioridade, no que se refere à educação, à saúde, à segurança e a tudo o que envolve a proteção integral da infância (BRASIL, 1990).

Para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) são considerados crianças os indivíduos com até 12 anos de idade incompletos e adolescentes são aqueles com idade de 12 anos completos a 18 anos (BRASIL, 1990).

As crianças e os adolescentes têm o direito à vida e à saúde; direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; direito à convivência familiar e comunitária; direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; direito à profissionalização e à proteção no trabalho. É dever da criança e do adolescente respeitar pais e responsáveis; frequentar a escola; respeitar os professores e demais funcionários da escola; respeitar o próximo; participar das atividades em família e em comunidade; preservar espaços públicos; proteger o meio ambiente; participar de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer (BRASIL, 1990).

A fase da adolescência é importante e não é uma fase fácil, pois com ela vêm algumas alterações corporais e alguns questionamentos no qual não tínhamos na infância. A puberdade é um dos sinais corporais apresentados e se inicia pouco antes da adolescência. Normalmente, em meninas entre 8 a 13 anos de idade. Já nos meninos possui início entre 9 a 14 anos de idade (SARTORI, 2017).

Essa fase é primordial na vida do indivíduo, com ela vem as alterações biológicas e fisiológicas, onde começa o desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários e o início da vida reprodutiva. O marco da puberdade nas meninas é a menarca (primeira menstruação), que na grande maioria das vezes ocorre dois anos após o surgimento dos brotos mamários. Nos meninos é o aumento do volume dos testículos (SARTORI, 2017).

A educação sexual para adolescentes tem como objetivo promover o entendimento entre o conhecimento prévio do adolescente sobre questões relacionadas à sexualidade, tais como: direitos sexuais, violência sexual e/ou doméstica, prevenção dos fatores de riscos como é o caso das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) e da gravidez precoce indesejada (SARTORI, 2017).

O Programa Saúde na Escola (PSE) foi instituído pelo Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, e desde então vem atuando nas escolas públicas do Brasil, levando a saúde básica até o âmbito escolar. O PSE é composto por uma equipe multidisciplinar, que inclui o profissional de enfermagem (GOMES JÚNIOR; SILVA, 2021). Sendo assim, nesta pesquisa, iremos salientar a importância da enfermagem na educação sexual no ambiente escolar.

Nesse sentido, a escola e o enfermeiro possuem papel imprescindível para a liberdade de expressão, orientação e desenvolvimento da educação em saúde para essa população a partir da participação de profissionais de saúde, educadores, estudantes e comunidade da área onde vivem, a fim de definir uma nova estrutura da política de educação em saúde no Brasil, para que as ações ocorram em uma base com metodologia diversificada para promover a capacidade crítica reflexiva dos adolescentes e oferecer a aquisição de uma melhor qualidade de vida a essa população (SARTORI, 2017).

A enfermagem contribui com o espaço escolar através de palestras, debates e/ou atividades dinâmicas sobre temas específicos, com participação ativa dos adolescentes, promovendo assim a disseminação de informações, de modo a contribuir com a diminuição do índice de IST's e da gravidez na adolescência, orientando os jovens a se protegerem e ajudando de forma direta na atenção básica, auxiliando assim a procurar, se necessário, profissionais especializados para sua necessidade no momento e adaptando a realidade dos adolescentes de forma humanizada (GOMES JÚNIOR; SILVA, 2021).

As palestras contribuirão para a formação integral dos estudantes através da disseminação de conhecimentos sobre a prevenção da gravidez na adolescência, a prevenção de IST's e dos órgãos reprodutores masculinos e femininos e para abordar vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento dos adolescentes. Os serviços de saúde que atendem aos adolescentes também não estão suficientemente

capacitados para responder à sua saúde, pois esta não se limita à corporal, mas envolve preocupações relacionadas à interação social e às necessidades emocionais (SARTORI, 2017).

De acordo com dados do Ministério da Saúde, reunidos pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), foram mais de 19 mil nascidos vivos por ano de mães com idade entre 10 e 14 anos entre 2018 a 2020. A maioria dessas genitoras não trabalha e não frequenta a escola, tendo uma grande dificuldade em obter seus direitos básicos como educação, saúde e lazer. Além disso, devido à dificuldade para estudar e trabalhar, muitas dessas jovens correm o risco de sofrer discriminação (RIBEIRO; RENES, 2021).

A maior parte dos pais reprova a gestação e induz a doação dos bebês nascidos de uma gravidez precoce e indesejada. Consideramos também que a gravidez na adolescência seja de grande risco e perigosa para a saúde da mãe e do recém-nascido. A maioria dos adolescentes afetados vive em situação de rua, é usuária de drogas ilícitas e vive em condição de extrema pobreza. Nos países com pouco desenvolvimento, vários não possuem acesso à informação, dificultando a tomada de decisões responsáveis (RIBEIRO; RENES, 2021).

Segundo pesquisa realizada em 2021, do Jornal da Universidade de São Paulo (USP), 15% dos jovens de 12 a 18 anos já tiveram alguma relação sexual, sendo que 44% destes não usaram preservativos na primeira vez. Dos que já são sexualmente ativos, 35% raramente usam ou sequer utilizam proteção durante a relação, aumentando o risco de contrair infecções sexualmente transmissíveis. As principais IST's em pessoas dessa mesma faixa etária são sífilis, herpes simples, Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e hepatite B e C (LOURENÇO, 2021).

A Organização Mundial de Saúde considera gravidez precoce aquela que ocorre em adolescentes e jovens com idade entre 14 a 19 anos. Inúmeros fatores contribuem para a gestação precoce, um dos mais relevantes no Brasil é a desinformação sobre sexualidade, direitos sexuais e reprodutivos em adolescentes e jovens de diferentes classes sociais e econômica (BERMUDEZ, 2019).

Com base nos dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), no ano 2000, 750.537 (23,4%) dos nascidos vivos no Brasil foram de mães entre 10 a 19 anos de idade; já em 2020, as adolescentes foram responsáveis por 381.65 (13,98%) dos partos e é possível notar que houve uma

redução 9,42% nos partos de adolescente da mesma faixa etária, mas ainda assim está situação é muito preocupante já que os números de gestação precoce continuam sendo altos (DATASUS, 2020).

Portanto, diante dessa realidade justifica-se o interesse na realização desta pesquisa com o fim de apresentar esclarecimentos sobre o assunto para os profissionais de enfermagem, diante de sua atuação no Programa de Saúde nas Escolas (PSE). Segundo Ribeiro e Renes (2020), a princípio, discutir questões sexuais não era para o desenvolvimento global do indivíduo, mas porque se acredita que discutir educação sexual deve ser feito de forma a abordar as questões que vão surgindo na adolescência, como gravidez precoce, uso de drogas, entre outros.

Assim, o presente estudo foi direcionado para responder a seguinte pergunta norteadora: “Qual a importância do profissional de enfermagem no processo de educação sexual na adolescência? ”, tendo como objetivo principal identificar através de revisão bibliográfica a importância do enfermeiro no processo de educação sexual para adolescentes, sendo, para isso direcionado pelos seguintes objetivos específicos: descrever o papel do enfermeiro no processo de educação sexual para adolescentes; e apontar os principais benefícios da educação sexual na fase escolar.

2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Na realização deste estudo a metodologia escolhida foi a pesquisa revisão bibliográfica. Esta metodologia é baseada sobre a técnica exploratória para análise de conteúdo de livros e artigos bibliográficos, trata-se de uma revisão das pesquisas e das discussões de outros autores sobre o tema abordado neste trabalho, a qual consiste em abordar a assistência de enfermagem, voltada para a importância do profissional de enfermagem na educação sexual do adolescente (FURLANETTO *et al.*, 2018).

A pesquisa nas bases de dados foi realizada durante o período de janeiro a junho de 2023 nas bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), do DATASUS e do *Scielo* a partir dos seguintes descritores: educação sexual; adolescência; e enfermagem.

Foram utilizados como critérios de inclusão os artigos publicados em língua portuguesa no período de 2018 a 2023, que apresentarem informações necessárias

para a construção da pesquisa, salientando no decorrer do texto a importância do profissional de enfermagem no processo de educação sexual na adolescência.

Não foram inseridos na pesquisa os artigos publicados nos anos inferiores a 2018, os publicados em língua estrangeira e os que não contemplarem o tema proposto.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Adolescência e juventude

Compreende-se que a adolescência pode ser definida como a passagem da infância para a vida adulta, essa fase é marcada pelas mudanças físicas e psíquicas (EISENSTEIN, 2005).

Possui início aproximadamente aos 12 anos e dura até por volta dos 20 anos. Não podemos afirmar que existe um ponto claro para início ou fim da adolescência. Os autores concordam, porém, em considerar que a adolescência se inicia através da puberdade, assim começamos a notar as alterações físicas e hormonais. A puberdade consiste no processo de maturação sexual, ou seja, a capacidade de reprodução. As mudanças biológicas sequentes da puberdade resultam em aumento da altura e do peso, em alterações nas formas e proporções do corpo. Tanto nos meninos quanto nas meninas, a puberdade tem início quando a glândula pituitária na base do cérebro envia uma mensagem às glândulas sexuais para o aumento da secreção de hormônios (EISENSTEIN, 2005).

Nas meninas, esse processo resulta em os ovários aumentarem a produção de estrogênio (hormônio feminino), o qual estimula o crescimento dos genitais femininos e o desenvolvimento dos seios. Já nos meninos, podemos observar a alteração na voz, os testículos aumentam a produção de andrógenos, especialmente a testosterona, os quais são responsáveis pelo estímulo do crescimento dos genitais e dos pelos corporais. Assim, os principais sinais da maturidade sexual são a menstruação nas meninas e a produção de espermatozoides nos meninos. (EISENSTEIN, 2005).

A adolescência pode ser definida de várias formas, mas, o que sabemos atualmente é que nessa fase ocorre a transição da infância para vida adulta e com ela

as alterações físicas, hormonais, estruturais e socioeconômicas, os/as adolescentes nesse momento buscam grupos de amigos que visam os mesmos interesses sociais, causando, muitas vezes, o afastamento e o conflito no grupo familiar. Nesta fase de tantas mudanças e transmutações é de extrema importância que o diálogo prevaleça dentro do grupo familiar para que possam ter um bom relacionamento com o adolescente e assim não os afastando (EISENSTEIN, 2005).

Essas mudanças, por sua vez, são a base para a construção do autoconceito nos adolescentes, é neste período que o adolescente começa a definir o seu jeito de ser, diferenciando-se dos demais ao seu redor. Este reconhecimento que compreende valores, crenças, gostos, etc., é o resultado da mediação das vivências primárias e das experiências da atualidade (PIOVESAN *et al.*, 2018).

Em relação à evolução cognitiva, os adolescentes começam a pensar de forma abstrata e são capazes de raciocinar hipoteticamente-dedutivamente. Além disso, eles podem pensar em termos de possibilidades, testar hipóteses e abordar problemas com flexibilidade (CÓRIA-SABINI, 1986).

A primeira impressão dessas mudanças, comentada, é uma ampliação das categorias e *rankings*, que passaram a incluir conceitos abstratos como justiça, verdade, moralidade, perspectiva e conceitos geométricos (PIOVESAN *et al.*, 2018).

Os adolescentes vivenciam de forma social a busca pela identidade através de elementos ocupacionais, sexuais e de valores. Na formação da identidade e da orientação sexual, a sexualidade está diretamente influenciada pela interação de aspectos biológicos e ambientais. Todos nós temos a necessidade de pertencer a um grupo. Para o adolescente, essa necessidade costuma ser maior. Quando se trata de relacionamentos, os adolescentes geralmente não têm um ótimo relacionamento com os pais. Eles passam a maior parte do tempo com os amigos, tornando-os mais íntimos, além de tenderem a formar grupos e dar início a vida sexual (PIOVESAN *et al.*, 2018).

Os adolescentes refletem sobre o mundo social e constroem conceitos sobre ele, o que os permite integrar-se ao mundo profissional, político e social dos adultos. Suas reflexões sobre ideologias dos adultos possibilitam construção de sua visão de mundo (CÓRIA-SABINI, 1986).

A partir de suas posições ideológicas, o adolescente encontra a sua autonomia ética, o que definirá os seus princípios morais. De acordo com a teoria do

desenvolvimento psicossocial de Erikson, o estágio vivido neste momento é a identidade e a confusão de identidade. Durante esta fase, "a pessoa toma consciência de características pessoais internas, situações, pessoas e objetos de que gosta ou não gosta e objetivos futuros" (HALL, LINDZEY; CAMPBELL, 2007, p.173). É uma época marcada por escolhas de carreira, busca de novos valores e realização da identidade sexual adulta no processo (PIOVESAN *et al.*, 2018).

A transição da infância à idade adulta, por um lado, e à percepção à mudança social e histórica, por outro, os adolescentes, durante o estágio da formação da identidade, são mais do que nunca atormentados em razão da confusão de papéis, ou da confusão de identidade. Esse estado pode deixá-lo sentindo-se isolado, vazio, ansioso e indeciso. O adolescente sente que precisa tomar uma decisão importante, mas é impotente para fazê-lo. Ele pode sentir que a sociedade o está forçando a tomar uma decisão e, assim, torna-se mais rígido. (HALL, LINDZEY; CAMPBELL, 2007, p.173).

Conceituando a juventude, ela é classificada uma etapa da vida na qual não se é criança, mas também não se é reconhecido como adulto, a juventude indica um momento de transição e cuja caracterização apresenta diferentes pontos de vista, instituindo, muitas vezes, como um momento indefinido. Simultaneamente, o termo juventude é associado a substantivos e adjetivos como: "vanguarda", "transformadora", "questionadora". Por outro lado, o jovem também é adjetivado como: "em formação", "inexperiente", "com comportamento desviante". Esses termos divergentes denotam que, ao mesmo tempo em que são agentes de transformação, os jovens precisam ser formados e amparados para encontrar e assumir o seu papel social (TROIAN; BREITENBACH; 2018).

A definição conceitual de jovens/juventude é um dos principais estímulos dos pesquisadores que estudam processos sociais protagonizados por estes atores. Não existe um conceito específico, nem mesmo uma única perspectiva sobre a juventude. Definir referências acadêmicas para o que se entende por jovens, quem pode ser considerado jovem e que fatores são utilizados para identificar a juventude pode ser uma colaboração para a comunidade científica que pesquisa o tema (TROIAN; BREITENBACH; 2018).

Algumas abordagens são bastante utilizadas nas definições conceituais sobre a juventude: faixa etária; ciclo de vida; geração; cultura ou modo de vida; e

representação social. Alguns pesquisadores enfatizam uma dessas abordagens, outros fazem diferentes combinações, enquanto alguns não estabelecem definição de juventude, tratando a expressão como autoexplicativa (TROIAN; BREITENBACH; 2018).

Alguns principais componentes que caracterizam cinco diferentes abordagens de juventude, no intuito de promover a percepção e a distinção, são elas: i) Abordagens de juventude: definição de juventude e critérios de classificação; ii) Faixa etária: o preceito é a idade dos pesquisados, indicadores demográficos, critérios normativos ou protótipos estabelecidos pelos organismos internacionais; iii) Ciclo de vida: tempo de transição, fase da vida humana de começo bem definido pelo surgimento da puberdade; iv) Geração: jovens são inerentemente desconcordantes, essa teimosia é necessariamente transitória, como a juventude. Juventude passa a ser vista a partir da sua possibilidade de mudança, pela sua habilidade criadora e inventiva; e v) Cultura ou modo de vida: definida por critérios culturais, destacando-se a importância de espaços de sociabilidade juvenis na composição de suas identidades (TROIAN; BREITENBACH; 2018).

A juventude como faixa etária é utilizada em pesquisas que utilizam a idade dos entrevistados como critério para determinar sua definição. Para fazer isso, os pesquisadores geralmente contam com indicadores demográficos, padrões normativos ou padrões desenvolvidos por organizações internacionais (TROIAN; BREITENBACH; 2018).

O Brasil segue o modelo analítico da Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), que considera jovens as pessoas entre 15 e 29 anos. Esses exemplos mostram a existência de vários critérios para caracterizar cronologicamente os jovens (TROIAN; BREITENBACH; 2018).

A juventude é etapa de entrada na vida social plena, que, como situação transitória, estabelece uma condição relativa: direitos e deveres, responsabilidades e autonomia são mais amplos que os das crianças, mas menos completos que os dos adultos. Esta ideia ganhou importância desde que foi apresentada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no Congresso Internacional da Juventude, em Grenoble, no ano de 1964. O foco nas gerações parte da ideia da situação no processo social, estabelecendo uma relação paralela com o ambiente de classe. É impossível estabelecer um conceito universal de limites de

idade para os jovens. Mas a principal característica da juventude corresponde à naturalização da continuidade do estilo de vida dos pais (TROIAN; BREITENBACH; 2018).

3.2 Gênero e sexualidade

O gênero é o termo utilizado para designar a construção social do sexo biológico. Esta definição faz uma distinção entre a dimensão biológica, associada à natureza (sexo) da dimensão social e associada à cultura (gênero). As sociedades ocidentais definem as pessoas como homens ou mulheres desde o nascimento, com base em características físicas do corpo (órgãos genitais), as ciências sociais alegam que gênero se refere à organização social da relação entre os sexos e expressa que homens e mulheres são produtos do contexto social e histórico e não resultado da anatomia de seus corpos (COLLING, 2018).

Identidade de gênero é a experiência subjetiva de uma pessoa a respeito de si mesma e das suas relações com outros gêneros. Não depende do sexo biológico da pessoa, mas de como ela se percebe. Essa identidade pode ser binária (homem ou mulher), mas também pode ir além dessas representações e rechaçar ambas as possibilidades de reconhecimento, sendo assim pessoas não-binárias (todos os outros gêneros) (COLLING, 2018).

O termo sexualidade possui ampla abrangência, levando a diversas interpretações, de forma que pode ser confundida muitas vezes com o conceito de sexo, apesar deste estar inserido no conceito de sexualidade. Sendo assim, dificilmente possui uma definição única, por ser algo muito pessoal e relativo, fornecendo margem a diversas configurações de manifestações em cada indivíduo de acordo com suas respectivas realidades e vivências (MAIA; OTTONI, 2019).

Pode-se dizer, que a sexualidade está sempre em desenvolvimento. Apesar de diversas formas que poderia ser definida, a sexualidade é um conceito multifacetado que envolve aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais da vida humana. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a sexualidade é definida como "uma energia que motiva a busca pelo amor, contato, intimidade e prazer ela integra-se no modo como sentimos, movemos, tocamos e somos tocados, é ser-se sensual e ao mesmo tempo ser-se sexual." A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos,

ações e interações e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental (COLTURATO, 2018).

Além disso, a sexualidade também se relaciona com a identidade de gênero, a orientação sexual e a expressão da sexualidade. Segundo a teoria psicanalítica de Freud, a sexualidade é uma das forças motivadoras do comportamento humano e está presente desde o nascimento. Ele identificou diferentes fases do desenvolvimento sexual, como a fase oral, anal e fálica, que influenciam a personalidade e o comportamento do indivíduo na vida adulta (FREUD, 2017).

De acordo com um estudo publicado no Manual de Informação Médica, a sexualidade pode ser entendida como:

a maneira pela qual as pessoas vivenciam e expressam os instintos e sentimentos que compõem a atração física por outros. Ela é uma parte normal da experiência humana e é determinada por vários fatores, incluindo composição genética, a criação na infância, a influência de pessoas ao redor e posturas sociais (BROWN, 2021).

O manual aborda ainda alguns conceitos, como o de sexo, que se refere ao estado biológico do indivíduo; o gênero que se relaciona com a forma como a pessoa vive publicamente; a identidade sexual, que se refere ao sexo pelo qual uma pessoa se sente sexualmente atraída (BROWN, 2021).

Em resumo, a sexualidade é uma dimensão da saúde humana que engloba aspectos biológicos, psicológicos e sociais, e que se manifesta na forma como as pessoas expressam sua intimidade e afetividade, bem como em suas práticas sexuais. A promoção da saúde sexual e reprodutiva depende da compreensão e do reconhecimento da diversidade sexual e de gênero, bem como da promoção da educação sexual inclusiva e respeitosa em todas as fases da vida (BROWN, 2021).

Outra forma de definição trazida pela revista Medicina Sexual, traz a ideia de que é um aspecto fundamental da vida humana, que envolve a expressão física, emocional e psicológica da intimidade e do prazer sexual, bem como a formação de relacionamentos interpessoais significativos (BROWN, 2021).

3.3 A sexualidade e desenvolvimento humano

Segundo o Ministério da Saúde (2017), a educação sexual é um direito humano fundamental, que deve ser oferecido desde a infância, de forma adequada à idade e

ao desenvolvimento cognitivo das crianças e dos adolescentes. A educação sexual tem como objetivo promover a saúde sexual e reprodutiva, prevenir doenças sexualmente transmissíveis e gravidez não planejada, além de contribuir para a formação de indivíduos críticos e conscientes de sua sexualidade.

Além disso, a sexualidade também tem um papel importante na construção da identidade, na formação de relações afetivas e na expressão da individualidade. A sexualidade é um aspecto central da experiência humana, que influencia as emoções, os comportamentos e as relações interpessoais (MACHADO; ROMANHA, 2020).

Conforme dispõe o artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por volta dos 12 anos inicia-se a adolescência, e, teoricamente, juntamente a essa transição da infância para juventude, tem-se o início da sexualidade do ser humano de forma mais acentuada. A questão da sexualidade se confirma a partir do desenvolvimento, mudanças e amadurecimento do corpo físico, apesar de estar presente desde do nascimento (BRASIL, 1990).

Na infância, essa questão é marcada, pelo reconhecimento dos gêneros, masculino e feminino, que desencadeia questionamentos, curiosidades sobre gênero oposto, e reconhecimento do próprio corpo. Já na adolescência, a fase de desenvolvimento da sexualidade é marcada pela ativação dos hormônios sexuais e do crescimento, de forma que o corpo passa por muitas modificações físicas trazendo, sentimentos, sensações, e o surgimento do desejo, conseqüentemente, a busca pelas relações afetivas e sexuais. Na fase adulta a sexualidade traz diversas formas de manifestação, como por exemplo, o desejo por experiências e práticas sexuais mais amadurecidas, e desafios do âmbito familiar, como conjugue, como pai e como mãe (MAIA, 2014).

Dessa forma, pode-se dizer que é ao longo do desenvolvimento humano é que se constrói o sentido da sexualidade, que é diretamente influenciada, durante o processo de socialização, pelos padrões culturais e históricos. Contudo, a compreensão da sexualidade no desenvolvimento humano ainda é um desafio para a sociedade, a sexualidade é frequentemente estigmatizada e marginalizada, o que pode levar a comportamentos de risco e à exclusão social. Nesse sentido, é importante promover a educação sexual de forma ampla e inclusiva, contemplando a diversidade sexual e de gênero (MAIA, 2014).

3.4 Identidade sexual e orientação sexual

Orientação sexual é a forma como um indivíduo vivencia suas relações afetivas e sexuais. Ele representa o tipo de atração sexual e/ou emocional que uma pessoa sente, ou seja, ele se sente atraído por pessoas de um gênero diferente ou do mesmo gênero. Podemos definir orientação sexual como: heterossexual, que são pessoas que se sentem atraídos e se relaciona com pessoas do sexo oposto ao seu; Homossexual: pessoas que sente atração e se relaciona com pessoas do mesmo gênero que o seu; bissexual: são aqueles que sentem atração emocional e sexual por ambos os gêneros, seja ele do gênero oposto ou não; assexual: sente pouco ou até mesmo nenhum interesse e/ou vontade em ter relacionamentos com outras pessoas; e pansexual: se sente atraído por pessoas de todos os gêneros e também de todas as orientações sexuais sejam elas heterossexuais, homossexuais ou bissexuais (CARVALHO; JARDIM; GUIMARÃES, 2019).

Identidade sexual é a percepção que um indivíduo tem do seu próprio corpo, ou seja, como ele se identifica seja com o gênero biológico ou oposto a ele, podendo também se identificar com os dois gêneros ou nenhum deles. A identidade sexual é definida como cisgênero: pessoas que se identificam com seu gênero biológico. Transgêneros: são os indivíduos que não se identificam com seu gênero biológico. Não-binárias: são aquelas que não se identificam com nenhum dos gêneros, ou seja, não se identifica como uma mulher ou um homem (CARVALHO; JARDIM; GUIMARÃES, 2019).

A adolescência é a fase que começam a surgir o afeto, os desejos, o conhecimento do seu próprio corpo erótico e a experimentação de uma forma diferente da infância, sendo assim, logo esses adolescentes começam a se apaixonar seja por pessoas do gênero oposto ou não que é bem comum de acontecer nesta fase da vida e não há nada de errado nisso. A comunidade LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queers, intersexo, agêneros, assexuados e mais) vem crescendo e conquistando o seu espaço ao longo dos anos, na cidade do Recife, em Pernambuco, podemos contar com a Leis Municipais nº 16.780/2002 e nº 17.025/2004 que punem e proíbem qualquer forma de discriminação com base em sua orientação sexual e/ou identidade de gênero (BORTOLETTO, 2019).

Em 13 de junho de 2019 o STF, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 26 e no Mandado de injunção nº 4.733, decidiu criminalizar a LGBTFOBIA como forma de racismo, ou seja, agressões contra a comunidade LGBTQIA+ são enquadrados como crime de racismo no Brasil (BORTOLETTO, 2019).

A pesquisa realizada e publicada pelo IBGE em 25 de maio de 2019 mostra que 2,9 milhões de brasileiros com idade maiores que 18 anos se auto identificam como homossexual ou bissexual, sendo estes responsáveis por 1,8% da população adulta do país. A pesquisa Nacional de Saúde (PNS) publicou que 1,7 milhão de pessoas não sabiam definir a sua orientação sexual, no período da pesquisa haviam cerca de 159,2 milhões de cidadãos maiores de idade. No total 94,8% afirmaram ser heterossexuais; 0,7% bissexuais; 1,1% não sabiam responder e 0,1 dizem ter outra orientação sexual ou pansexual e 2,3% não quiseram participar da pesquisa (BARROS, 2022).

3.5 PSE - Programa Saúde nas Escolas

Sabe-se que a enfermagem está presente em vários âmbitos da sociedade, no auxílio, orientação, cuidado e, inclusive na educação. A OMS define o conceito de saúde como sendo um estado de completo bem-estar tanto físico, mental e social e não se restringindo apenas ao conceito de ausência da doença (LEITE *et al.*, 2020).

O Programa Saúde nas Escolas (PSE) visa à inclusão e conexão permanente da educação e da saúde, favorecendo uma melhoria da qualidade de vida dos educandos. Possui como principal objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção da saúde, de prevenção de doenças e agravos à saúde e de atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino (BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

O público beneficiário do PSE são os estudantes de escolas públicas do Brasil de Educação Básica, gestores e profissionais de educação e saúde, população escolar e, de forma mais amplificada, estudantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). As ações de educação e saúde do PSE ocorrerão nos territórios acordado entre os gestores

municipais de educação e de saúde, determinado segundo a área de abrangência das Equipes de Saúde da Família (Ministério da Saúde), tornando-se assim possível a interação entre as equipes públicas da saúde e da educação (escolas, centros de saúde, áreas de lazer como praças e ginásios esportivos, outros) (BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

Através de uma palestra em uma escola por exemplo, é proporcionado aos alunos orientações sobre a vida sexual, os cuidados que devemos ter com o corpo físico e com nossa saúde mental. É importante também instruir professores e alunos a ter uma boa convivência, criando uma relação de confiança (IZIDORIO, 2022).

A educação é uma poderosa arma para enfermagem promover a saúde dos pacientes, desta forma os problemas podem ser evitados na adolescência, como é o caso das IST's e da gravidez indesejada. Com a promoção da educação sexual realizada de uma forma preventiva pela enfermagem para o adolescente, é possível ocorrer a redução dos índices de gravidez precoce e de infecções sexualmente transmissíveis (RODRIGUES *et al*, 2021).

Inicialmente, a sexualidade era discutida não com intuito de desenvolvimento integral do indivíduo, mas devido à visão de que a educação sexual deveria ser discutida de uma forma que solucionasse os problemas que estavam aparecendo, como: a gravidez na adolescência, o uso de drogas por adolescentes, e etc. Com base nessa realidade, órgãos públicos nacionais e internacionais, em colaboração com ONG's e com o setor privado, passaram a discutir políticas de prevenção e conscientização, sabendo que essas ações são importantes para evitar a disseminação de infecções sexualmente transmissíveis. Com a necessidade de falar sobre o tema, a educação sexual teve um novo impulso para que essa e outras questões importantes fossem trazidas e discutidas (RIBEIRO; RENES, 2020).

Os primeiros trabalhos de educação sexual eram voltados basicamente ao direito à integridade física e psíquica. Hoje, embora seja importante, o entendimento biológico, não é suficiente para a compreensão total do indivíduo. Com isso, a leitura dos aspectos emocionais, socioculturais, históricos, entre outros são fundamentais para trabalhar educação e sexualidade. Os projetos realizados em todo país têm demonstrado justamente o contrário ao que se acreditava no passado sobre a inclusão da educação sexual nas escolas (RIBEIRO; RENES, 2020).

A sexualidade está presente a todo tempo em nossa jornada, a escola,

querendo ou não, depara-se com situações que requerem intervenção. Com a falta de capacitação para a tratativa na escola firma-se a ideia de que esse tema deve ser tratado tão somente pela família. A família exerce o papel de educar sexualmente suas crianças e adolescentes mesmo que de forma involuntária. Os valores são repassados e até de forma “silenciosa” mostram como a sexualidade é percebida/vivenciada em casa. Todo o tema é levado pelos alunos de dentro de casa para a escola. O desempenho de projetos de educação sexual auxilia a criança, o jovem e o adulto de amanhã a uma vida com mais plenitude, mais saudável, com melhor autoconfiança e um bom conhecimento do próprio corpo e com a consciência de relações preventivas (RIBEIRO; RENES, 2020).

A anuência ao PSE é um processo de pactuação de compromissos a serem firmados entre os secretários municipais de saúde e de educação com os Ministérios da Saúde e da Educação. Através do portal “E-Gestor AB” é realizado o preenchimento das informações das escolas que desejam fazer a solicitação do programa a cada dois anos. O processo de adesão gera o Termo de Compromisso que representa as responsabilidades dos setores da Saúde e da Educação com o desenvolvimento local do PSE (BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023).

Diante deste compromisso, anualmente, os profissionais de saúde e de educação trabalham de maneira intersetorial para desenvolver atividades de promoção da saúde e prevenção de doenças nas escolas pactuadas, promovendo assim um ambiente saudável nas escolas (BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023).

As ações do PSE devem estar ajustadas ao projeto político-pedagógico das escolas. Esta proposta deve considerar: o contexto escolar e social, e o diagnóstico territorial de saúde do educando. O PSE foi constituído por cinco componentes, são eles: i) avaliação das condições de saúde das crianças, adolescentes e jovens que estão na escola pública; ii) promoção da saúde e ações de prevenção de doenças e de agravos à saúde, onde o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) integra-se a esse componente; iii) educação continuada e capacitação dos profissionais da educação e da saúde de jovens; iv) monitoramento e avaliação da saúde dos estudantes; e v) monitoramento e avaliação do programa (BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

A educação permanente também é uma das atribuições do enfermeiro, faz-se necessária para a prestação do cuidado à população e para a integração na equipe

multiprofissional, respeitando a individualidade e a realidade da comunidade. A troca de conhecimento é fundamental nesse processo, visando melhorar a qualidade de vida e contribuindo para melhoria da equipe de saúde (PAULISTA; SILVA; SOUSA, 2021).

Sabe-se que o enfermeiro também tem o papel de educador e, com isso, evidenciar o papel da educação sexual no ambiente escolar, através das orientações pode auxiliar os jovens, contribuindo para o esclarecimento dos fatores que predis põem aos adolescentes a iniciar-se sexualmente, as implicações da iniciação sexual precoce na sua vida reprodutiva, bem como as questões que envolvem a sua primeira experiência sexual como, o que eles entendem sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's), gravidez na adolescência e o não uso de métodos contraceptivos (PAULISTA; SILVA; SOUSA, 2021).

3.6 Abuso sexual

O dia 18 de maio é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a data escolhida, conforme estabelece a Lei Federal nº 9.970, em razão do crime ocorrido em 1973, conhecido como o Caso Araceli, em que uma menina de oito anos de idade foi brutalmente assassinada depois de ter sido violentada em Vitória, no Espírito Santo. Assim, o Decreto nº 10701/2021 veio instituir o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes e a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2021).

O Programa visa articular, consolidar e desenvolver políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos humanos da criança e do adolescente, a fim de protegê-los de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, abuso, crueldade e opressão (BRASIL, 2021). Em 2020, de acordo com os dados do canal de denúncias, o Disque 100 registrou cerca de 24 mil denúncias de violência sexual, já o Sistema de Saúde registrou mais de 20 mil casos em todo país, os números chegam a ser assustadores. No estado de Pernambuco podemos contar com 4 Delegacias de Polícia de Crimes Contra Crianças e Adolescente e Atos Infracionais (DPCCAI), sendo uma delas em na cidade de Paulista (Região Metropolitana do Recife), outra em Jaboatão dos Guararapes e duas no Recife (POLICIA CIVIL DE

PERNAMBUCO, 2023).

Tem-se por abuso sexual a forma de violência na qual o abusador submete a vítima à realização de atividades de natureza sexual, por meio de condutas repressivas, vitimando-as. Nos casos em que as vítimas são adolescentes, estas são ainda mais vulneráveis, pois, esse tipo de violência pode trazer várias sequelas, como por exemplo, psicopatologias, principalmente quando crianças ou adolescentes, uma vez que durante essa fase da vida o indivíduo ainda não possui estruturas físicas ou psicológicas, já que estas estão em desenvolvimento. A vítima torna-se impotente quando diante de seu abusador, desenvolvendo traumas e medos desde o momento em que sofre o abuso (PENSO *et al*, 2009).

A violência sexual acontece por meio de uma dominação psicológica e física, onde o poder do abusador é de natureza violenta e autoritária. Nesse tipo de violência o abusador exerce poder em relação ao abusado, impondo a ele o silenciamento. A vítima, enquanto submissa, muitas vezes se torna incapaz de entender plenamente a natureza desta relação, principalmente quando é praticada por seus progenitores ou cuidadores, o autor do abuso por sua vez, aproveita-se da confiança e/ou dependência do dominado com o intuito de usurpar a sexualidade de sua vítima (MENDONÇA, 2020).

Segundo a Constituição Federal: “A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração criança e do adolescente”, havendo nesses termos legislação de proteção à criança e adolescente. Porém, não somente a responsabilização é uma forma de proteção a estas, havendo outras maneiras de prevenir o assédio e o abuso sexual (BRASIL, 1988).

A educação sexual é uma forma efetiva de fazer com que a criança e o adolescente compreendam os limites de ações para com elas, ensejando o conhecimento de quando o movimento se caracteriza como abuso. Prevenir envolve educar para a sexualidade, fazendo com que a criança, desde pequena, saiba discernir um ato de violência, assim como a se auto proteger, garantindo o seu direito de dizer ‘não’ às investidas sexuais do/a perpetrador/a (MORAIS; LOPES, 2022).

A preparação de profissionais que atendem a vítima também se mostra uma saída para a retirada da criança e do adolescente da situação de violência, porém, enfrentam-se alguns desafios, como é o caso da categoria profissional do enfermeiro: cuja maior dificuldade “[...] é identificar os sinais e sintomas da violência intrafamiliar

na criança e/ou adolescente, bem como, encaminhar a vítima ao atendimento adequado, visto que o abusador geralmente são os próprios pais ou alguém próximo a vítima (MORAIS; LOPES, 2022, p. 11).

De acordo com o Código Penal o assédio sexual é ato ilícito e reiterado como crime:

Assédio sexual. Art. 216-A. Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função (BRASIL, 1940).

O código Penal brasileiro identifica nos artigos 213 o crime de estupro no artigo 216-A, o crime de assédio sexual e no artigo 217-A, o crime de estupro de vulnerável (PAMPLONA FILHO, 2018).

É importante conhecer as modalidades dentro da legislação de agressão sexual, mas não somente isso, pois em outras dimensões da vida social, como por exemplo na área da saúde, é necessário aviltar que existiu a violência para proteger o usuário atendido e também para prevenir desde o assédio até as violências mais graves, como o estupro (PAMPLONA FILHO, 2018).

Uma outra perspectiva, é quem são as eventuais vítimas de assédio e abuso sexual: aquelas que apresentam mais vulnerabilidade social, enquanto gênero, idade, classe, como por exemplo mulheres, crianças, idosos e deficientes, e muitas vezes a violência ocorre em ambiente intrafamiliar. No abuso sexual intrafamiliar o abusador faz parte da família ou núcleo familiar da vítima, que em sua maioria são crianças ou adolescentes. Esse tipo de violência ocorre de forma constante e em todos os tipos de famílias, independente de poder aquisitivo, crenças, classe social ou cor, não se restringindo apenas às famílias desestruturadas, como se costuma pensar (PAMPLONA FILHO, 2018).

Pode ser identificado várias consequências para as vítimas, principalmente se tratando de crianças, no qual a violência sexual pode se desvelar em diversas dificuldades de desenvolvimento individual e social:

Quando os abusos sexuais ocorrem na família, a criança pode ter muito medo da ira do parente abusador, medo das possibilidades de vingança ou da vergonha perante os outros membros da família ou, pior ainda, pode temer que a família se desintegre ao descobrir seu segredo. A criança que é vítima de abuso sexual prolongado, usualmente desenvolve uma perda violentada autoestima, tem a sensação de que não vale nada, e adquire uma representação anormal da sexualidade. A criança pode tornar-se muito

retraída, perder a confiança em todos adultos e pode até chegar a considerar a hipótese do suicídio, principalmente quando existe a possibilidade de a pessoa que abusa ameaçar agir com violência se a criança se negar aos seus desejos. Algumas crianças abusadas sexualmente podem ter dificuldades para estabelecer relações harmônicas com outras pessoas, podem se transformar em adultos que também abusam de outras crianças, podem se inclinar para a prostituição ou podem ter outros problemas sérios quando adultos (HIRATA; BALTAZAR, 2020, p. 93)

No Brasil, durante o ano de 2019, 17 mil crianças e adolescentes foram vítimas de violência sexual, correspondendo a 11% dos 159 mil registros feitos pelo canal do Governo. Em 73% dos casos, o abuso sexual ocorre na casa da própria vítima ou do suspeito e é cometido por pai ou padrasto em 40% das denúncias. Em 87% dos casos, o suspeito é do sexo masculino (EXTRACLASSE, 2019). Uma das estratégias de proteção às vítimas no campo da saúde, é a notificação compulsória no qual os profissionais notificam a existência de suspeita ou caso confirmado de violência sexual.

A ficha de notificação compulsória de maus-tratos contra crianças e adolescentes, fomentada pelo ECA constitui uma poderosa ferramenta de política pública, pois ajuda a dimensionar a questão da violência, avalia a necessidade de mais investimentos na vigilância e na assistência, e auxilia no desenvolvimento de mais pesquisas sobre a temática, contribuindo para a diminuição da violência. A notificação também facilita o acionamento da rede de apoio para que sejam promovidos, coletivamente, os cuidados necessários à proteção integral da criança (BATISTA; GOMES; VILLACORTA, 2023, p. 209).

Ainda segundo, Batista, Gomes e Villacorta (2023, p. 2013), “A literatura comprova que uma das melhores estratégias de prevenção ao abuso sexual contra crianças ocorre por meio da educação sexual infantil”. Dessa forma, os diversos ambientes devem se utilizar de estratégias educacionais de prevenção, inclusive as unidades de saúde, desde a atenção primária até as redes hospitalares. Para além da educação sexual, é necessária a capacitação dos profissionais de saúde na identificação dos possíveis abusos que venham a ter ocorrido, notificando e conduzindo também para outros profissionais como psicólogos e assistentes sociais de forma a realizar um atendimento devido e integrado.

Segundo Aleluia *et al.* (2020, p. 4):

Os profissionais de enfermagem compõem a equipe maior de uma unidade de saúde, responsáveis pela a triagem do atendimento, tendem a ter maior contato com o paciente e seus familiares, dessa forma assumindo uma função importante, pois através deste contato estabelecido podem identificar os sinais de violência sexual e, prevenir ou reduzir possíveis danos a vítima.

Dessa forma, o cuidado com as vítimas deve ser trabalhado da forma correta, tendo “capacidade de identificar famílias de riscos e elaborar estratégias para acompanhá-las”. E se tratando da notificação, é importante situar que “no que compete à enfermagem a notificação consiste em informar determinado setor ou órgão acerca dos maus tratos, abuso sexual ou qualquer outro tipo de violência que envolve menores de idade”. Existem unidades no âmbito da saúde, em que a identificação e prevenção dos casos de violência sexual encontrem um ambiente mais suscetível para compreender o fenômeno na sua imediaticidade: “Na Atenção Primária à Saúde (APS) as enfermeiras possuem uma vantagem para identificar os casos, pois adquirem vínculos com as crianças e familiares” (ALELUIA *et al.*, 2020, p. 5-6).

Ainda sobre a notificação compulsória, esta é essencial para evidenciar estatisticamente número de ocorrências, e assim, possibilitar novas políticas e fluxos que combatam as diversas dimensões da violência:

A notificação constitui um indicador epidemiológico da violência, auxiliando o dimensionamento e redirecionamento de ações nos locais, bem como a formação de políticas públicas. Portanto, deve-se ter uma atenção especial ao encaminhamento das vítimas às redes de defesa e assistência. Para que tudo ocorra de forma completa, o profissional de saúde deve ser conscientizado da importância da notificação, e os cursos de graduação e formação profissional devem promover o aprimoramento na detecção e diagnóstico das situações de violência (ALELUIA *et al.*, 2020, p. 6).

Outros contextos, é necessário o encaminhamento ao processo da profilaxia DST/HIV, do direito ao aborto legal, à uma escuta qualificada e encaminhamento à órgãos especializados para cada segmento, que vão desde ao Conselho Tutelar aos serviços da Unidade de pronto atendimento, por exemplo (ALELUIA *et al.*, 2020).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tabela 1 apresenta de forma sucinta a temática dos principais artigos que basearam essa pesquisa, com objetivo de demonstrar os resultados em um modelo sinóptico.

Tabela 1 - Artigos selecionados, organizados de acordo com autoria, ano de publicação, título, objetivos e considerações

| Autor/ ano | Título | Objetivos | Considerações |
|--------------------------------|---|--|---|
| Eisenstein (2005) | Adolescência: definições, conceitos e critérios. | Conceituar a fase da adolescência. | Analisar a fase da adolescência com suas mudanças físicas e psicológicas de acordo com o desenvolvimento humano. |
| Morais & Lopes (2022) | O papel do enfermeiro na identificação do abuso sexual infantil: uma revisão integrativa. | Identificar a atuação e dificuldades do enfermeiro frente aos casos de abuso sexual infantil. | Evidencia-se a percepção dos enfermeiros a respeito da necessidade de capacitação e educação continuada a respeito do abuso sexual infantil. |
| Paulista, Silva e Sousa (2021) | A atuação do enfermeiro na educação sexual de jovens. | Compreender a atuação do enfermeiro com relação a educação sexual dos jovens. | Destaca-se o estímulo através do enfermeiro para o relacionamento interpessoal da família com o jovem e a educação de um sexo totalmente seguro, diminuindo as infecções sexualmente transmissíveis e a gravidez não planejada. |
| Piovesan <i>et al.</i> (2018) | Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. | Apresentar uma visão geral sobre a psicologia, de modo a possibilitar o entendimento acerca do funcionamento psíquico humano, em especial no que se refere aos aspectos ligados à aprendizagem e ao desenvolvimento. | Promover bases necessárias para a compreensão do desenvolvimento humano e dos processos de aprendizagem, tão importantes na sua futura atuação profissional. |
| Sartori (2017) | Educação sexual na promoção de saúde de adolescentes: um relato de experiência. | Relatar a experiência de uma atividade educativa sobre orientações de prevenção da gravidez na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis. | Faz-se necessária a intensificação da educação sexual dessa população, a realização de discussão sobre as temáticas, a fim de diminuir as doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência. |
| Silva <i>et al.</i> (2021) | Adolescência e saúde: significados atribuídos por adolescentes. | Analisar, na perspectiva do adolescente, os elementos biopsicossociais que compõem o ser adolescente e sua interface com a saúde. | A percepção na fase da adolescência permite uma compreensão dos componentes biopsicossociais que o cerca. É possível identificar a compreensão deles sobre o conceito de saúde e suas implicações cotidianas. |

Em artigos encontrados durante a revisão literária para projeção deste artigo, há consenso entre os autores, que a adolescência é a fase do desenvolvimento que caracteriza a passagem entre a infância e a vida adulta e por isso é marcada por transformações na anatomia corporal física, psicológica e sociais (SILVA *et al.*, 2021; SARTORI, 2017; EISENSTEIN, 2005).

A adolescência se inicia com as mudanças corporais da puberdade e termina quando o indivíduo consolida seu crescimento e sua personalidade, obtendo progressivamente sua independência econômica, além da integração em seu grupo social em busca pela identidade através de elementos ocupacionais, sexuais e de valores. Na formação da identidade e da orientação sexual, a sexualidade está diretamente influenciada pela interação de aspectos biológicos e ambientais (PIOVESAN *et al.*, 2018).

Em 2019, 17 mil crianças e adolescentes foram vítimas de violência sexual (EXTRACLASSE, 2019). Com a promoção do acesso a informação de forma efetiva, a abordagem da educação sexual para adolescentes permite uma troca de conhecimento fundamental, visando melhorar a qualidade de vida e contribuindo para o acesso à educação quanto a sexualidade, prevenindo alguns fatores problematizantes como gravidez precoce e transmissões de IST's. Trazendo também a possibilidade de identificação e prevenção de um ato violento como o abuso (MORAIS; LOPES, 2022; PAULISTA; SILVA; SOUSA, 2021).

O enfermeiro é um dos principais profissionais de saúde que mantém contato mais próximo com seus pacientes, a enfermagem é a arte de cuidar de alguém, proporcionar saúde preventiva, promocional e reparadora. A referida pesquisa traz como resultados informações referentes a atuação do enfermeiro na educação sexual dos adolescentes. A falta de informações gerando atitudes equivocadas e que estão relacionados a ausência de orientação dos pais e responsáveis. Esse processo permite o aprofundamento do conhecimento sobre o tema, além de apontar e solucionar lacunas que precisam ser preenchidas por novos estudos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a maioria dos adolescentes tenha fácil acesso a informações e conhecimentos, é fundamental ter uma conversa honesta com uma pessoa qualificada

para orientá-los sobre sua sexualidade. É muito importante que os enfermeiros adquiram conhecimento científico e habilidades em conversas bem desenvolvidas e saibam lidar com as novas ideias e paradigmas dos adolescentes para que possam ter uma boa troca de ideias desta forma que enfatize a consciência sexual dos jovens, no que favoreça um conhecimento, no que diz respeito ao certo e ao errado.

O trabalho apresentou a importância do profissional de enfermagem em firmar o acesso à informação sobre a educação sexual. Com a livre abordagem do tema, os adolescentes terão mais acesso às informações para identificar os abusos sexuais, prevenir a transmissão de infecções sexuais, evitar a gravidez precoce e etc. A sexualidade ainda é um tabu para as pessoas. Promovendo o acesso à informação, poderemos facilitar a resolução de um problema de saúde pública bem como essa estimulação do relacionamento interpessoal da família com o jovem e a educação de um sexo totalmente seguro.

Contudo, vale salientar que o diálogo em seu convívio familiar é extremamente importante para a descoberta da vida sexual. As questões relacionadas a sexo geram preocupação na classe da enfermagem devido à repressão sobre o tema, que acaba prejudicando os pacientes e, quando a repressão finalmente acaba, são novamente referenciados por esses profissionais e hoje no Brasil, observa-se a importância dessa participação profissional nesse campo ainda frágil, que é falar sobre sexo.

Dessa forma, os profissionais são rigorosamente treinados para que possam ser articulados com os setores de saúde e educação para realizar campanhas efetivas de conscientização sexual entre os jovens. Apontam que o enfermeiro tem um papel fundamental nesse sentido, pois se vê como um comunicador entre os membros da equipe de saúde e a comunidade. Nesse caso, o papel do enfermeiro pode capacitar o profissional atuando como facilitador desse processo, visto que o profissional é um educador das questões de saúde e como um de seus espaços de atuação, o desenvolvimento de diversas atividades educativas.

REFERÊNCIAS

ALELUIA, E. S.; CARVALHO, M. L. R.; BOMFIM, V. V. B. S.; DIAS, M. A. S.; LEAL, V. M.; *et al.* Repercussões do abuso e exploração sexual na criança e adolescente e a importância da qualificação da enfermagem frente aos casos: revisão narrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 52, p. e3617-e3617, 2020. Disponível em:

<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/3617>. Acesso em: 12 abr. 2023.

BARROS, A. Pesquisa nacional de saúde: em pesquisa inédita do IBGE, 2,9 milhões de adultos se declararam homossexuais ou bissexuais em 2019. **Agência de notícias IBGE**, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33785-em-pesquisa-inedita-do-ibge-2-9-milhoes-de-adultos-se-declararam-homossexuais-ou-bissexuais-em-2019>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BATISTA, M. K. B.; GOMES, W. S.; VILLACORTA, J. A. M. Abuso sexual contra crianças: construindo estratégias de enfrentamento na Atenção Primária à Saúde em um município da Região Metropolitana do Recife. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 208-220, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/vwbB75BZDcrTx3V4Qj84pHB/#:~:text=Teve%20como%20objetivo%20construir%2C%20com,qual%20foram%20realizados%20cinco%20encontros>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BERMUDEZ, B. E. B. V. **Prevenção da gravidez na adolescência**. Conselho Científico da SBP, 2019. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Adolescencia_-_21621c-GPA_-_Prevencao_Gravidez_Adolescencia.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

BORTOLETTO, G. E.; **LGBTQIA+**: identidade e alteridade na comunidade. São Paulo, 2019. Disponível em: https://celacc.webhostusp.sti.usp.br/sites/default/files/media/tcc/guilherme_engelman_bortoletto.pdf. Acesso em: 7 mar. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao. Acesso em: 10 abr. 2023.

_____. **Decreto Lei nº 2.848**, de 07 de dezembro de 1940. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/28003933/artigo-216a-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>. Acesso em: 18 abr. 2023.

_____. **Decreto nº 10.701**, de 17 de maio de 2021. Institui o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes e a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/decreto/d10701.htm Acesso em: 18 abr.2023.

_____. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 10 abr. 2023.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Saúde na Escola. **Saiba mais.**, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16795 Acesso em: 15 mar. 2023.

_____. _____. **PSE - Programa Saúde da Escola**. Brasil, 2023. Disponível em:

<https://sisaps.saude.gov.br/pse/> Acesso em: 11 abr. 2023.

BROWN, G.. **Manual MSD Versão Saúde para da Família**. Considerações gerais sobre a sexualidade. Manual de MSD. 2021. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt-br/casa/assuntos-especiais/sexualidade/considera%C3%A7%C3%B5es-gerais-sobre-a-sexualidade>. Acesso em: 25 fev. 2023.

CARVALHO, L. G. L.; JARDIM, M. C.; GUIMARÃES, A. P. M. Educação sexual na perspectiva dos temas transversais: uma revisão de literatura. **Educationis**, v. 7, n. 2, p. 19-29, 2019. Disponível em: <https://www.sustenere.co/index.php/educationis/article/view/CBPC2318-3047.2019.002.0003/1834> Acesso em: 7 mar. 2023.

COLLING, L. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/30887/1/eBook%20-%20Genero%20e%20Sexualidade%20na%20Atualidade.pdf> Acesso em: 12 fev. 2023.

COLTURATO, L. F. Sexualidade. **Revista de Saúde**. Brasil, 11/12/2018. Disponível em: <https://rsaude.com.br/videos/materia/sexualidade/17734> Acesso em: 2 abr. 2023.

CÓRIA-SABINI, M. A. **Psicologia aplicada à educação**. São Paulo: EPU, 1986. DATASUS. **Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC**. Brasil: MS; SVS; DASIS, 2020. Disponível em: <https://svs.aids.gov.br/daent/cgiae/sinasc/apresentacao/#:~:text=O%20Sistema%20de%20Informa%C3%A7%C3%B5es%20sobre,n%C3%ADveis%20do%20Sistema%20de%20Sa%C3%BAde>. Acesso em: 10 abr. 2023.

EISENSTEIN, E. Adolescência: definições, conceitos e critérios. **Adolescência e Saúde**, v. 2, n. 2, jun. 2005. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/adolescenciaesaude.com/pdf/v2n2a02.pdf> Acesso em: 10 abr. 2023.

EXTRACLASSE. **Brasil teve 17 mil casos de violência sexual contra crianças e adolescentes em 2019**. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/movimento/2020/05/brasil-teve-17-mil-casos-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-em-2019/>. Acesso em: 02 mar. 2023.

FREUD, S. **Obras completas, volume 6**: três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901-1905). Tradução de Paulo César de Souza. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/14199.pdf> Acesso em: 13 jan. 2023.

FURLANETTO, M.; LAUERMAN, F.; COSTA, C.; MARIN, A. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de pesquisa**, v. 48, n. 168, p. 550-571, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/FnJLpCKWxMc4CMr8mHyShLs/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 abr. 2023.

GOMES JÚNIOR, W. R.; SILVA, N. **Políticas educativas e direitos de cidadania: Programa Saúde na Escola**. Cruz das Almas-BA: Mestrado Profissional em Saúde Pública e Segurança Social (PPGPSS-UFRB), 2021 (Fascículo, v. 4). Disponível em: https://ufrb.edu.br/portal/images/noticias2021/VOLUME_4_-_PROGRAMA_SA%C3%9ADE_NA_ESCOLA.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

HALL, C. S.; LINDZEY, G.; CAMPBELL, J. B. **Teorias da personalidade**. Tradução de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed, 2007. Disponível em: https://www.larpsi.com.br/media/mconnect_uploadfiles/c/a/cap_1.pdf Acesso em: 15 abr. 2023.

HIRATA, P. Q.; BALTAZAR, J. A. Os efeitos psicossociais causados em vítimas de abuso sexual. **Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa**, v. 22, n. 43, p. 92-94, mar. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifil.br/index.php/Revistateste/article/view/1246>. Acesso em: 04 mar. 2023.

IZIDORIO, F. **A importância da participação do enfermeiro no processo de educação sexual para prevenção da gravidez na adolescência**. 2022. Monografia (Bacharelado em Enfermagem) – Faculdade da Cidade de Maceió – FACIMA. Maceió, 2022. Disponível em: https://www.facima.edu.br/aluno/arquivos/tcc/tcc_franciele_izidorio.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

LEITE, A. C.; PINTO, M. S. R.; FÉ, T. R. M.; AVELINO, J. T.; CARVALHO, G. G.; *et al.* Atribuições do enfermeiro na educação sexual de mulheres adolescentes e a importância do planejamento familiar. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, p. 79494–79515, 2020. Disponível em: https://web.archive.org/web/20201107161935id_/https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/download/18461/15278. Acesso em: 10 abr. 2023.

LOURENÇO, T. Infecções sexualmente transmissíveis entre jovens. **Jornal da USP**. Ribeirão Preto, 09/04/2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/infecoes-sexualmente-transmissiveis-entre-jovens-preocupam-especialista/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

MACHADO, I.; ROMANHA, R. **Dependência emocional nas relações interpessoais em universitários**. Brasil, 2020. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/10425/4/DEPEND%C3%8ANCIA%20EMOCIONAL%20-%20Artigo%20Isadora.pdf> Acesso em: 12 mar. 2023.

MAIA, A. **Sexualidade e educação sexual**. Brasil, 2014. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155340/3/unesp-nead_reei1_ee_d06_s03_texto02.pdf Acesso em: 05 março 2023.

MAIA, A.; OTTONI, A.; Considerações sobre a sexualidade e educação sexual de pessoas com transtorno do espectro autista. **RIAAE - Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1265-1283, jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12575/8332> Acesso em: 14 abr. 2023.

MENDONÇA, V. (Org.). **Formação para autoproteção de crianças**: a experiência do Projeto Teia. 1. ed. Recife: CENDHEC, 2020. (Coleção Cadernos Cendhec; v. 23). Disponível em: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/09092021100548-livro.autoprotecao.pdf> Acesso em: 10 abr. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde e sexualidade de adolescentes**. Brasil, 2017. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexualidade_adolescente_construindo_equidade_sus.pdf Acesso em: 10 abr. 2023.

MORAIS, A. S. A.; LOPES, N. S. C. **O papel do enfermeiro na identificação do abuso sexual infantil: uma revisão integrativa**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem) – Faculdade de Inhumas FacMais. 2022. Disponível em: <https://65.108.49.104/bitstream/123456789/505/1/TCC%20-%20%20PAPEL%20DO%20ENFERMEIRO%20NA%20IDENTIFICA%C3%87%C3%83O%20DO%20ABUSO%20SEXUAL%20INFANTIL-%20Andre%C3%ADna.docx.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

PAMPLONA FILHO, R.; GOMES, L. F.; JESUS, D. E. Assédio sexual. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano, v. 10, 2018. Acesso em: 11 de março de 2023.

PAULISTA, A.; SILVA, D.; SOUSA, P.; A atuação do enfermeiro na educação sexual de jovens. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n.10, p. 1241–1265, 2021. Disponível: <https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/download/2659/1049> Acesso em: 10 abr. 2023.

PENSO, M. A.; COSTA, L. F.; ALMEIDA, T. M. C.; RIBEIRO, M. A. Abuso sexual intrafamiliar na perspectiva das relações conjugais e familiares. **Aletheia**, n. 30, p. 142-157, 2009. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n30/n30a12.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

PIOVESAN, J.; OTTONELLI, J. C.; BORDIN, J.B.; PIOVESAN; L. **Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem**. Santa Maria-RS: Universidade Federal de Santa Maria UAB/NTE/UFSM, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/18336/Curso_Lic-Comp_Psicologia-Desenvolvimento-Aprendizagem.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 27 de jan. 2023.

POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO. **DPCA - Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <http://www.policiacivil.pe.gov.br/dpca> Acesso em: 27 de jan. 2023.

RIBEIRO, M.; RENES, P. **Educação sexual além da informação**. São Paulo: EPU, 2020. Disponível em: https://www.reprolatina.institucional.ws/site/respositorio/materiais_apoio/textos_de_apoio/Educacao_Sexual.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

RODRIGUES, S. M. S. S.; MELO, T. A.; SANTOS, C. B. P.; TELES, W. S.; SILVA, M. C. et al. O papel do enfermeiro na educação sexual dos adolescentes. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 14, 2021 Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/22498/19829>. Acesso em: 10

abr. 2023.

SARTORI, A. C. Educação sexual na promoção de saúde de adolescentes: um relato de experiência. **Simpósio internacional em Educação Sexual, UniCesumar**. Brasil, 2017. Disponível em: <http://www.sies.uem.br/trabalhos/2017/3136.pdf> Acesso em: 10 abr. 2023.

SILVA, M.; FRANCO, E.; GADELHA, A.; COSTA, C. C.; SOUSA, C. F. Adolescência e saúde: significados atribuídos por adolescentes. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12482/11263> Acesso em: 10 abr. 2023.

TROIAN, A.; BREITENBACH R. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. **INTERAÇÕES**, Campo Grande-MS, v. 19, n. 4, p. 789-802, out./dez. 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/j/inter/a/xQRmPSyw4yBzZtXcwnccm3K/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 11 mar. 2023.